

A PSICOLOGIA EM DIÁLOGO COM SEUS TESTEMUNHOS: UM PERCURSO PARADOXAL PELOS MÉTODOS QUANTITATIVOS

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA*, CAMILLA STEM BROCK PEREIRA**, FELIPE HAUTEQUESTT***,
GEOVANA DE AZEVEDO GOMES****, JULIA TORRES BRANDÃO**, MARCUS VERLY MIGUEL**,
NATALIA BARBOSA PEREIRA**, RODRIGO JOSÉ PIRES MADEIRA****
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFRJ, BRASIL

Recibido: 2 de septiembre de 2011

Aprobado: 16 de diciembre de 2011

Resumo

O objetivo geral deste artigo é tentar produzir uma compreensão sobre os modos de diálogo entre a psicologia e seus sujeitos. Para abordar estes diversos modos de diálogo será apresentada uma breve história desta relação, além de uma reflexão desta por meio da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, Annemarie Mol e John Law, e a Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Partindo da consideração das diversas psicologias como dispositivos de produção ontológica de subjetividades será proposto um conjunto de trabalhos de investigação para se avaliar entre estudantes do segundo grau na cidade do Rio de Janeiro a presença e as formas dos modos de subjetivação psicologizados. À guisa de conclusão os resultados desta pesquisa serão discutidos tendo em vista as próprias políticas ontológicas envolvidas na escolha dos métodos empregados.

Palavras-chave: Estudos sociais da ciência, epistemologia da psicologia, produção de subjetividade.

PSYCHOLOGY IN DIALOGUE WITH HIS WITNESS: A PARADOXAL ROUTE THROUGH THE QUANTITATIVE METHODS

Abstract

The aim of this work is to present a comprehension of the modes of dialogue between Psychology and its subjects. To understand these multiple process it will present a short history of this dialogue thought through two no-epistemological models: the Actor Network Theory from Bruno Latour, Annemarie Mol and John Law, and the Political Epistemology from Isabelle Stengers and Vinciane Despret. Considering the different psychologies as an ontological device of subjectivity production, an empirical research will be present trying to analyze the presence of psychologized subjectivities between high school students in Rio de Janeiro (Brazil). Concluding, the results of this research will be discussed, considering the ontological politics related to the methodological choices.

Key words: Social Studies of science, epistemology of psychology, subjective production.

Introdução

De um modo muito sumário se pode dizer que o tipo de diálogo que a psicologia busca estabelecer com seus sujeitos é quase o de um monólogo promovido por um saber supostamente rigoroso, diferenciado de

nossas visões comuns, e responsável por uma técnica fundada e uma ética calculada. Este saber teria tudo (ou quase tudo) a dizer sobre os determinantes últimos de nossas vidas (que nós mesmos desconhecemos), as maneiras como devemos registrar, classificar e calcular todas as faculdades, estados, funções e desvios de nos-

* Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva (IESC) e Psicologia. Pesquisador financiado pelo CNPq (bolsista de produtividade). Correspondências para Rua do Riachuelo 169/405; Centro - Rio de Janeiro - RJ; CEP 20230-000. E-mail: arleal@superig.com.br / telefone: 2252-1589.

** Estudantes do curso de psicologia do IP/UFRJ. Bolsista de iniciação científica. stembrock@hotmail.com, jubatb@gmail.com, m.miguel.psi@gmail.com, nataliasemacento@ig.com.br*

*** Administrador Público mclizcano@gmail.com

**** Bacharel em Psicologia pelo IP/UFRJ. giazevedogomes@gmail.com, piresmadeira@oi.com.br

sas subjetividades, e os modos como devemos nos conduzir nas mais diversas modulações da nossa existência.

E o que os sujeitos dos saberes psicológicos teriam dizer? Sua fala se insere num registro assimétrico em dois sentidos. Em primeiro lugar, sua fala não é legitimada em contraste com a suposta competência epistemológica e profissional do psicólogo: é como crença ou mito que ele pode falar de seus determinantes últimos, das categorizações de sua subjetividade e dos modos com que gerencia sua vida. No máximo lhe cabe o qualificativo de bom senso quando se compõe de modo não calculado aos modos discursivos do psicólogo.

Mas a sua assimetria se dá especialmente quando os sujeitos se deslocam deste espaço de consumidor de verdades “psi” para o domínio de testemunhos ou fiadores deste conhecimento. Aqui, seja no domínio laboratorial, nos estudos de campo, ou no território clínico, esta convocação de um testemunho se dá de modo paralelo a todo um conjunto de rituais que implicam basicamente em proteção, distanciamento e ignorância por parte dos sujeitos. Como se a condição mesma para a produção de um testemunho legítimo fosse justamente este desconhecimento das finalidades deste testemunho por parte dos sujeitos convocados, compondo aqui um dispositivo de ingenuidade. Desta forma imagina-se a composição de um tipo de testemunho objetivo, onde não haveria a influencia do pesquisador sobre o pesquisado. Só por meio da ignorância ele pode testemunhar uma verdade que ele desconhece. Mas que o psicólogo deve saber.

O foco deste artigo não é avaliar como legítimas ou não estas pretensões da psicologia, mas justamente discutir as formas com que estes modos de diálogo deste saber com seus sujeitos foram constituídos, analisar como a epistemologia e os outras abordagens entendem este diálogo, concluindo, por fim, numa pesquisa empírica sobre esta conversa assimétrica. Vejamos de modo breve como estes modos de diálogo se constituíram ao longo da história.

Da certeza mais evidente ao risco da mistura indevida: o trânsito na produção das verdades psicológicas.

Ainda que não estabelecida como uma formação profissional ou mesmo uma grande área científica é possível encontrar no século XVIII a psicologia estabelecida como uma disciplina positiva. Conforme Vidal (2006), esta se faz presente em tratados teológicos de base tomista, na escola eclética escocesa, entre os

ideólogos franceses e no pensamento metafísico de Christian Wolff. Trata-se de uma disciplina com suposto acesso a todos sujeitos predispostos à auto-observação, dada a suposição própria do conhecimento moderno de que o acesso ao próprio espírito é mais fácil de que dos objetos externos.

Na ponta mais elaborada desta psicologia, teríamos o trabalho de Wolff, se detendo sobre a definição das faculdades da alma e na determinação da sua relação com o corpo, enquanto substâncias de naturezas distintas. Esta “pura ciência da alma”, lançava mão de duas abordagens coincidentes: a psicologia racional (dada na postulação *a priori* das faculdades da alma) e a empírica (dada na descrição *a posteriori* da alma pela introspecção). Na ponta mais popular, proliferavam as descrições das experiências de vida, tal como presentes na *Revista de Psicologia Experimental* ou de Karl Philipp Moritz.

No quadro destas psicologias, não era pedido às testemunhas desse saber (no caso os próprios psicólogos) nenhuma habilidade especial que não fosse a consideração dos temas pertinentes (faculdades da alma e relação desta com o corpo) e a boa descrição dos movimentos do seu espírito. De mais a mais, nada se impunha como limite na descrição da nossa alma; especialmente depois das “Meditações cartesianas, a alma é supostamente mais fácil de conhecer em sua intimidade e evidência imediata, que os próprios objetos físicos, passíveis de dúvida. De igual modo, não havia qualquer suposição por exemplo de representações inconscientes ou inacessíveis à introspecção: a alma é marcada pela sua transparência.

Contudo, no final do século XVIII, esta forma de psicologia passa a ser problematizada por filósofos como Immanuel Kant, apontando para um novo modelo de conhecimento, no qual a psicologia vai se redefinir. Neste modo de pensamento, proliferam as críticas e os vetos a essas psicologias, notadamente as psicologias racional e empírica de Wolff. A psicologia racional é um dos alvos da *Crítica da Razão Pura* (Kant, 1781/1994), em que o autor busca estabelecer os limites para o nosso conhecimento, especialmente para a nossa razão pura, quando não balizada mais por qualquer base empírica. Ao mesmo passo que este balanço entre o racional e o empírico é bem executado por algumas ciências como a física, certas filosofias, como a metafísica, entregam-se ao devaneio da razão pura. O argumento básico contra a psicologia racional é que esta opera, como toda metafísica, por meio da razão pura. Além de freqüentemente

confundir o que julga a priori, com dados a posteriori de nossa auto-observação.

Kant conclui que a psicologia racional, portanto é impossível, e tudo o que venha a se afirmar do saber psicológico é, na verdade, psicologia empírica. Mas, persiste a pergunta: caberia uma ciência aqui? A resposta de Kant nos *Princípios Metafísicos da ciência da natureza* (1786/1989, pp. 32-33) é que a Psicologia Empírica não seria nem uma ciência *impropriamente dita*, como a química, a qual, na época de Kant (passagem do século XVIII para o XIX), ainda não operava com relações matemáticas e, portanto, ainda não era uma ciência *propriamente dita*. Basicamente para se provar ciência, a Psicologia teria que:

1. Descobrir o seu elemento de modo similar à química, para com isto efetuar análises e sínteses;
2. Facultar a este elemento um estudo de tal modo objetivo, em que sujeito e objeto não se misturem como na introspecção – esta crítica foi reforçada mais tarde por Comte (1837/1973);
3. Que se produza uma matematização mais avançada que geometria da linha reta, apta a dar conta das sucessões temporais do sentido interno.

A superação destes vetos foi tentada no apoio que a psicologia buscou na fisiologia sensorial do século XIX. O primeiro problema listado, a falta de um elemento objetivo, será de certa forma suprido pelo conceito de sensação, presente na *Teoria das energias nervosas específicas* de Johannes Muller, formulada em seu *Manual de Fisiologia* de 1826. O problema de matematização é, de certo modo posto em questão pela lei de Fechner (apresentada em seus *Elementos de Psicofísica* de 1860) abrindo espaço a primeira medição e formulação matemática de variáveis psicológica na relação com os estímulos físicos. Contudo, como contornar de modo objetivo o problema da introspecção, dado no risco da mistura entre sujeito e objeto? Para isto é necessária a formulação de um novo método, o da Introspecção controlada de Herman Von Helmholtz, igualmente em 1860.

A proposta do método da *Introspecção experimental*, de resto, bastante distinto da introspecção psicológica do século XVIII só faz sentido a partir do modo como Helmholtz entende a organização das nossas sensações em nossa consciência, presente em sua *Teoria das inferências inconscientes*. Segundo esta, as

nossas sensações seriam organizadas por experiências passadas, aptas a ordenar de modo inconsciente e rápido as informações trazidas pelos sentidos, produzindo como conclusão as nossas representações psicológicas. O modo de análise das sensações, a Introspecção experimental, se processaria no inverso dessas sínteses inconscientes, visando neutralizar os efeitos dessa inferência operada pela experiência passada. Para neutralizar esta síntese inconsciente, processa-se então uma análise consciente, em que os sujeitos dos experimentos são treinados para reconhecer o aspecto sensorial mais bruto e selvagem de nossa experiência. Este treinamento dos sujeitos, que faz com que este estudo não possa ser feito sobre crianças, primitivos, ou doentes mentais, visa o evitar o *erro do estímulo*, qual seja, a confusão do objeto percebido com os juízos inconscientes acumulados pela experiência passada. Por isto, o estudo objetivo das sensações em um sujeito só poderia ser feito se este mesmo sujeito for também um fisiólogo, apto a distinguir o joio da experiência passada do trigo das sensações. Em outras palavras, trata-se de um método que demanda um sujeito expert como objeto de exame.

Estes dispositivos da fisiologia abrem espaço para a caracterização do primeiro projeto da psicologia dentro destas novas exigências epistêmicas. Proposta enquanto ciência da experiência, ela tem seu marco institucional na fundação do primeiro laboratório e da primeira formação universitária levada adiante por Wilhelm Wundt em Leipzig. Como poderíamos caracterizar este projeto? Em linhas gerais, ele irá mesclar as questões e objetos da filosofia do século XVIII (a nossa experiência comum como obstáculo à descrição da realidade, tal como descrita pelos físicos) com o manancial metodológico e conceitual dos fisiologistas: o conceito de sensação e, especialmente o método da introspecção experimental. Neste modo de investigação, como nos lembra Despret (2004, p. 62), as funções de experimentador e de sujeito eram perfeitamente intercambiáveis. Inclusive este último tinha uma designação completamente distinta: era chamado de observador, por vezes recebendo uma designação ainda mais específica, conforme a função realizada: reator, discriminador, etc. (Despret, 2004, p. 63)¹. De mais a mais o papel do observador era

¹ Segundo Despret (2004, p. 63), o uso do termo sujeito não é sem importância; ele traduziria uma assimetria quanto à especialização e aos papéis desempenhados entre experimentador e experimentado. Ele viria da tradição da psicologia experimental francesa (importado do campo da cirurgia médica), refletindo um tipo de pesquisa realizado em torno da hipnose, contando com a total passividade do experimentado.

avaliado como mais complexo que o de experimenter, supondo até mesmo um maior desgaste seu: Wundt na maior parte de seus experimentos teria feito o papel de observador. É digno de nota que os observadores inclusive assinavam como autores principais os trabalhos publicados (Despret, 2004, p. 64). Em poucas palavras, a formação do observador “se constituía como uma técnica de si sobre si, como uma expertise na formação de si: a vontade, a atenção, o controle do corpo, a clivagem da consciência” (Despret, 2004, p. 96). Praticamente uma verdadeira “técnica de si” de cunho experimental, no sentido que Foucault (1996) postula.

Este projeto de psicologia e seu modo de produção de testemunhos sofrem na seqüência modos de problematização bem distintos, mas que conduzem a uma redefinição dos sujeitos psicológicos. Despret (2004) analisa esta passagem em um dispositivo bastante específico: aquele desenvolvido pelo psicólogo alemão Oskar Pfungst na primeira década do século XX para estudar o cavalo Hans, ao qual se atribuía um pensamento conceitual complexo, capaz de realizar complexas operações matemáticas. A fim de evitar hipóteses relativas a estados paranormais e de recusar qualquer atribuição de uma capacidade superior ao animal, Pfungst explora a possibilidade de que a solução de problemas matemáticos poderia se dever a algum sinal inconscientemente enviado pelo sujeito que coloca questões ao cavalo. Na busca deste possível sinal, Pfungst introduz no dispositivo um participante que desconhece a questão, sendo para este que o cavalo deve bater a pata até chegar ao resultado final. Observando os erros nas respostas do cavalo neste caso, o psicólogo alemão parte para a pesquisa do possível sinal emitido pelos sujeitos, encobrendo sistematicamente partes de seus corpos. Após algumas variações, Pfungst detecta que próximo da resposta esperada os participantes realizariam um sutil deslocamento postural na ordem de milímetros. Levando esta idéia adiante, Pfungst inclusive simula o papel do cavalo, convocando participantes que, desconhecendo sua hipótese, deveriam pensar em um número no qual ele adivinharia, o que se dava freqüentemente. Ainda que este psicólogo alemão realizasse vários exercícios introspectivos (como era próprio do treinamento dos psicólogos na época), ele é um dos primeiros a introduzir nos laboratórios de psicologia, sujeitos que desconhecem o artefato em questão.

Contudo, a esta entrada sub-reptícia do sujeito ingênuo nos laboratórios de psicologia se segue, na dé-

cada de 1910, a crítica do observador treinado como entrave às pesquisas científicas. Este, que tinha sido o personagem fiador da objetividade dos experimentos psicológicos, torna-se o seu próprio obstáculo. Para isto é de suma importância reportar as críticas produzidas por duas escolas que surgem neste período e que vão pouco a pouco tornando-se predominantes no campo. Tratam-se das escolas behaviorista e a gestaltista de Berlim, mesmo que estas tenham orientações extremamente distintas em seus projetos. A alteração conduzida pelo gestaltismo principia-se pela radicalização do próprio alvo da psicologia anterior: a experiência. Esta não será mais enfocada pelo viés da física (questão do engano) ou da fisiologia (modelo sensorial); não mais dividida entre elementar (sensorial) e complexa (psicológica). Será considerada simplesmente tal como ela é apreendida por todo e qualquer sujeito: seja um cientista, uma criança, um animal, um supostamente louco, ou um indivíduo de qualquer cultura. Trata-se do que Wolfgang Köhler chama de campo fenomênico, e Kurt Lewin de espaço vital.

O conceito de experiência ampliado impõe um novo problema para esta psicologia, qual seja não mais o do engano próprio da experiência imediata, mas o das condições de possibilidade de toda e qualquer experiência: ela é oriunda de um plano sensorial, posteriormente organizado por um fator extrínseco (como as inferências inconscientes) ou haveria uma organização intrínseca? O gestaltismo irá apontar claramente para a segunda alternativa enquanto propriedade intrínseca das Formas perceptivas, ou melhor, das Boa-formas.

Metodologicamente há um questionamento da introspecção experimental, mostrando-se a artificialidade deste procedimento: não há mais necessidade de treinamento dos sujeitos para se chegar às experiências puras, evitando o “erro do estímulo”, qual seja confundir este nível sensorial com o da experiência cotidiana. Este treinamento, a busca das sensações puras e o risco do erro do estímulo são considerados pelos gestaltistas como mero preconceito fisiológico, que é tomado por estes como um erro crucial: o “erro da experiência”. O gestaltismo propõe em contrapartida uma metodologia mais conforme à experiência tomada em sentido amplo: o método fenomênico, destacado por Carl Stumpf. Aqui o controle não é mais feito sobre o próprio sujeito, mas sobre as condições experimentais que são apresentadas aos sujeitos, como as disposições perceptivas. Do sujeito se espera a sua

descrição mais pura, seja a de um adulto / de uma criança; de um indivíduo normal / suposto portador de patologia; civilizado / supostamente primitivo; homem / animal (neste caso, conta-se apenas a sua reação aos estímulos). Aqui a psicologia sai da exclusividade do estudo dos indivíduos adultos, normais, civilizados e treinados, como era próprio da psicologia clássica. Entra em cena o sujeito ingênuo. O controle do experimento a princípio pertence ao experimentador. Mas, mesmo que na posição de sujeito ingênuo, aqueles que participam dos experimentos tem uma relevância especial na descrição desta experiência, tal como esta se daria em um sentido global. Mesmo desconhecendo as metas dos experimentos, o Gestaltismo considera a descrição dos experimentados extremamente preciosa, operando-se a posição de um quase-expert em sua ingenuidade. Mesmo que o gestaltismo reposicione os sujeitos os sujeitos psicológicos, há um enorme respeito pela “experiência comum”, que aqui não é desqualificada, e é posta no mesmo patamar da experiência científica: como vimos, o que importa é o estudo das condições de possibilidade de toda e qualquer experiência, independente desta ser produzida em um laboratório ou no nosso cotidiano. A única diferença entre a experiência comum e a científica é a maior simplicidade desta. Esta quase indiferença é marcada por uma frase clássica de Wertheimer: “A verdade é um caso da ilusão”.

Contudo, a oposição mais radical a qualquer dispositivo que faculte a posição de um sujeito *expert* em pé de igualdade com os pesquisadores, será fornecido pela escola behaviorista. Esta, ao contrário da escola gestaltista, não pretende uma reforma do projeto de uma “ciência da experiência”, tomando esta sem qualquer preconceito físico ou fisiológico. Na verdade ela se constitui de forma radicalmente oposta ao gestaltismo, na crítica quanto à inadequação da experiência como objeto de uma psicologia que se deseje cientificamente respeitável. O behaviorismo encontra-se em continuidade com o projeto da escola funcionalista norte-americana, na busca de potencializar o estudo e manuseio das relações adaptativas do organismo com o meio. Entende, contudo que este projeto só possui sentido com o descarte da consciência e da mente do universo da psicologia. Tais entidades colocar-se-iam como componentes estranhos nos processos adaptativos, de natureza claramente material. Sendo igualmente inacessível a observação e controle público, estas entidades serão recusadas como inacessíveis metodologicamente e até mesmo

negadas em sua existência. Em seu lugar permanece uma série de mecanismos de regulação da conduta observados na conduta animal, sejam os condicionamentos-reflexos (propostos por Ivan Pavlov), sejam os condicionamentos-operantes (postulados por Edward Thorndike em sua lei do Efeito). Tudo isto para facultar uma psicologia mais objetiva e eficaz em seus controles da conduta (este o derradeiro critério de cientificidade). Em que, aos sujeitos estudados (agora entendidos como meros organismos), nada mais resta a fazer que não reagir aos dispositivos postulados. Não se trata apenas do apogeu do dispositivo do sujeito ingênuo, mas do sujeito meramente reativo às forças do ambiente, controladas pelos pesquisadores. Este nada teria a dizer ou problematizar em termos dos dispositivos de pesquisa.

Sujeito ingênuo, docilidade e recalcitrância

A ascensão do sujeito ingênuo parece, a princípio o trunfo de uma psicologia mais autêntica e mais objetiva, sem qualquer influência prévia do pesquisador ou de um referencial teórico. Assim, as abordagens mais epistemológicas mais tradicionais referenciam esta história. Contudo, abordagens como a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, Annemarie Mol e John Law, e na Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret, propõe outro referencial para se avaliar esta passagem. Para esta perspectivas, o risco da influência só se coloca como problema para uma perspectiva epistemológica que supõe o conhecimento científico através da purificação dos dados, em que ao pesquisador caberia apenas a representação dos objetos a partir de sentenças bem construídas. Para estas abordagens, o conhecimento, ao contrário, se daria sempre como articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas.

Neste aspecto, o conhecimento científico possui um aspecto nitidamente performativo: cada método, cada prática científica artefaz uma determinada realidade dentre outras possíveis. Conforme Law (2004) cada dispositivo científico performa uma determinada Política Ontológica. Na mesma linha Despret (2002, p. 92) sustenta que o conhecimento científico opera nas margens do “mal-entendido de realização”, como “aquele no qual os acontecimentos podem se atualizar, simplesmente porque a promessa que eles encerram pode se realizar”. Neste sentido, o mal-en-

tendido não é visto como uma influência parasitária a ser purificada, mas uma promessa eficaz na relação entre pesquisadores e pesquisados.

Como esta performance de mundos operaria por meio das diversas psicologias? Se algo marca as diversas psicologias é a sua múltipla capacidade de fabricar sujeitos, “eus artificiais” (Latour, 1998) por meio de suas diversas formas de diálogo: seja na divulgação do seu saber, seja no trato, diagnóstico e nas próprias atividades de pesquisa. Como visto, esta, produção de mundos e de subjetividades, não é concebido para a Teoria Ator-Rede e a Epistemologia Política, como um resto parasitário, mas um aspecto próprio da produção de conhecimento. O problema se dá frequentemente nos modos de articulação, de produção suscitados pelos saberes e práticas psi. Como avaliar estes modos de articulação?

Enquanto articulação, o conhecimento científico não se distingue mais entre má e boa representação, mas entre má e boa articulação. No primeiro caso, temos uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta pontual, conduzindo os seres pesquisados a um lugar de “docilidade”. No segundo, teríamos uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e a colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Aqui teríamos uma relação de recalcitrância. O problema é que de forma muito frequente na psicologia faz-se presente um modo de produção embasado na extorsão de seus sujeitos, tornando-os sujeitados (Stengers, 1989); não apenas pelo modo como as tarefas são demandadas, mas especialmente pela forma como os estes testemunhos são solicitados, raramente abrindo possibilidades para problemas ou questões.

Ao contrário do que supõe certos pensadores como Herbert Marcuse, para o qual a possibilidade de negação ou resistência seria marca dos seres humanos, estes autores vão opor a recalcitrância dos seres não-humanos à docilidade e obediência à autoridade científica dos seres humanos, se comportando em geral “como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos ‘científicos’ robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais” (Latour, 2004, p. 217).

Para Latour (1997, p. 301), as ciências humanas só se tornariam realmente ciências não se imitassem a objetividade das ciências naturais, mas sua possibili-

dade de recalcitrância. Como isto se colocaria na nossa história de diálogo da psicologia com seus sujeitos? Para Despret (2004) a possibilidade da recalcitrância jamais se colocaria do lado de qualquer dispositivo favorecedor do “sujeito ingênuo”, daquele que pode ser qualquer um; esta se colocaria ao lado apenas dos dispositivos produtores de “sujeito *expert*”, daquele que é capaz de recolocar questões. Aqui teríamos uma reversão com relação a maior parte dos manuais de história da psicologia: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não é apenas um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalcitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas limitadoras com relação aos seus testemunhos. Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações (Despret, 2004, p. 97). É neste pacto que se fundariam muitas das formas de pesquisa e intervenção na psicologia, conduzindo a um diálogo francamente assimétrico.

Recorrendo aos métodos canônicos

Considerando então que as diversas formas de produção de psicologia são passíveis de serem tomadas por seus modos de articulação, podemos dizer que as diversas psicologias se marcam por distintas modalidades de produção de subjetividades (e de mundos). Contudo, como estudar tais processos de articulação produtores de subjetividades e mundos por parte das psicologias? Como aponta Law (2004, p. 10), os métodos não são simples dispositivos seguros de representação de uma realidade dada, mas englobam modos políticos de produção de realidades. Neste caso, torna-se importante, uma série de escolhas em termos de estratégias de investigação. Em primeiro lugar, urge pôr em questão o alcance deste estudo. Ele poderia envolver a análise de um conjunto específico de dispositivos ou técnicas psi (testes, escalas de atitude, pesquisas de opinião, correntes terapêuticas ou de aconselhamento, etc), métodos de pesquisa (hermenêuticos, experimentais, de campo, etc.) e trabalhos de difusão. Contudo, neste trabalho, a opção será por rastrear tais efeitos de subjetivação psicologizada numa escala mais ampla, sem atentar para os dispositivos específicos que levaram à sua produção. Neste aspecto, o que se deseja é não apenas rastrear a sua força, mas compará-la com a de outros mecanismos de subjetivação.

Tomando em consideração este alcance mais amplo, coloca-se em seguida a questão de qual população poderia ser mais interessante para este estudo. A escolha foi por uma investigação junto a estudantes do segundo grau, assim considerados na medida em que portam, como grupo, uma alta heterogeneidade em termos de bairros de origem, nível de renda, e dispositivos culturais. Mesmo com todo o esforço de homogeneização em termos de conteúdos pedagógicos, não há ainda junto a tais estudantes qualquer especialização profissional, e no caso da psicologia, nenhum dispositivo específico, como uma disciplina de estudo. Visando sustentar tal diversidade, foram escolhidos para participar desta pesquisa cerca de 300 alunos oriundos de quatro escolas públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro. Escolas que possuíam uma clientela de distintas regiões com distinto poder aquisitivo (algo que no Brasil ainda aponta para enormes contrastes).

Contudo, a escolha mais delicada a ser feita dizia respeito ao próprio *design* da pesquisa. E aqui se buscou a opção mais delicada desta investigação. A pista básica foi sugerida por Gergen (1976), que afirma que mesmo as técnicas mais tradicionais de pesquisa psicológica, como escalas de atitude, questionários e pesquisas experimentais, oferecem testemunhos históricos de uma época e jamais uma radiografia última da natureza humana. Porém, como tais dispositivos de pesquisa, *supostamente* marcados pela busca de rigor e neutralidade, poderiam trazer à cena algo sobre os processos de subjetivação psicologizada? Não se estaria assim compondo métodos com uma ontologia e uma concepção de conhecimento distintas das que nortearam a sua fabricação?

Tais métodos mais canônicos (especialmente os experimentais) trazem junto a si toda uma concepção representacional do conhecimento, na qual a realidade configura-se como externa, independente, dada, definida, e singular (o que seria próprio da metafísica euro-americana segundo Law). Neste caso, os métodos são postulados visando controlar qualquer forma de influência ou contaminação na relação entre pesquisadores e pesquisados. Portanto, como conjugar tais métodos com uma investigação que supõe o conhecimento como articulação, vinculação ou produção? Como Law (2004, p. 7) destaca, tais abordagens mais canônicas não seriam inválidas; elas apenas não servem para trazer a cena aspectos mais fluidos da realidade, dando conta apenas de seus aspectos mais estabilizados.

Contudo, o recurso a tais métodos apresentava um outro sentido, além do trabalho com realidades mais massivas (uma população de estudantes do segundo grau) e o deslocamento da sua ontologia e gnosiologia. Trata-se do desafio a sua própria pureza pretendida, e em um aspecto bem específico: a busca de um testemunho neutro e sem influência dos dispositivos da pesquisa, o que na história dos métodos psicológicos se cunhou como a constituição do “sujeito ingênuo”. Contudo, a proposta deste desafio será feita de paradoxal: pelos próprios instrumentos que em geral fazem calar outros modos de testemunho.

Na discussão dos resultados, as problematizações de Despret sobre o “sujeito ingênuo” serão retomadas. Por hora basta dizer que o uso destes métodos na pesquisa sobre produção de subjetividade possui três sentidos: 1) o trabalho com grandes grupos (como permitem os métodos quantitativos); 2) a performance de aspectos estabilizados de nossa subjetividade; 3) o desafio homeopático (*similia similibus curantur*) ao pressuposto de não influência contida nestes métodos. No caso desta investigação, a utilização destas estratégias de pesquisa consideradas como mais rigorosas tem como finalidade paradoxal pôr em questão a sua pureza, pô-la em risco. E como isto poderia ser posto em questão? Por meio do registro de uma subjetividade psicologizada, pois esta conduziria a um duplo problema: a) Ou o método representa bem a realidade, mas esta seria a da inexistência do sujeito ingênuo e indiferente à psicologia; b) Ou o método falha mesmo tentando preservar a ingenuidade dos pesquisados, influenciando-os, extorquindo a sua verdade de modo docilizante. Vejamos como isto pôde ser posto em questão por tais métodos.

Instrumentos

De modo mais específico, os instrumentos desta pesquisa foram elaborados por uma equipe que incluía estudantes de segundo grau, estagiários de psicologia e bolsistas de pesquisa, tendo a revisão de psicólogos de diversas tendências e profissionais de diferentes áreas (quando tinham enunciados de suas áreas comparados aos da psicologia). Para efetivação dos pesquisados nesta posição de “sujeitos ingênuos”, os instrumentos foram apresentados aos alunos nos diversos colégios como sendo de uma pesquisa de opinião sobre temas gerais, produzida por pesquisadores e estudantes de diversos cursos da UFRJ (mas não de psicologia), ocultando-se também os objeti-

vos da pesquisa. Este apenas era revelado ao final da pesquisa em que era feita uma entrevista sobre a sua realização. Serão relatadas duas sondagens.

Com a primeira sondagem, pretendeu-se testar a concordância dos participantes, em função da posição do enunciador de um discurso. Para pôr isto em cena, foram apresentadas três frases sobre a violência de natureza cognitiva, dinâmica e comportamental, postas em relação com distintos enunciadores (psicólogo, líder religioso e político) variando num total de seis combinações. As diversas combinações entre o conteúdo e o enunciador buscavam destacar se haveria a preferência por algum ator social. As frases formuladas foram:

1. A violência ocorre devido aos exemplos que uma pessoa aprende em seu convívio social.
2. A violência é produto das frustrações a que algumas pessoas ficam submetidas constantemente.
3. A violência ocorre por causa dos resultados recompensadores obtidos pelas pessoas que agem de forma violenta.

Os personagens fictícios aos quais foram atribuídas estas frases de forma combinatória entre seis possibilidades foram:

1. William McGuire (psicólogo);
2. Jonathan Benson (senador);
3. Peter Haraway (líder espiritual).

Com a segunda sondagem tentou-se detectar um contraste no acolhimento de enunciados de cunho psicológico, organicista e esotérico. Para evitar qualquer disparidade prévia, as questões foram previamente propostas por psicólogos, médicos e pessoas de formação esotérica. A partir deste quadro, foi relacionada uma gama dos mais diversos problemas que diziam respeito à causalidade, diagnóstico e forma de tratamento de 12 questões que eram, ora mais psicológicas (como depressão e ansiedade), ora mais orgânicas (como gastrite e hipertensão), ora mais esotéricas (como visões e transe). Esta sondagem foi apresentada com seis alternativas em cada questão, alternativas que variavam igualmente, duas a duas, entre o formato psicológico, organicista e esotérico.

Eis um exemplo de um tipo de questão e suas alternativas:

A melhor explicação para a causa da depressão é: (a) a carência de substâncias químicas no sistema nervoso, (b) a influência de energias negativas, (c) a predisposição genética do indivíduo, (d) a ocorrência de problemas emocionais, (e) a presença de pertur-

bações espirituais y (f) a existência de conflitos nos relacionamentos sociais.

Resultados e discussão

Com relação à primeira sondagem, foram tabulados 138 questionários. Analisando-se as porcentagens, nas três sondagens houve sempre uma maior frequência de escolhas pelo enunciado psicológico. O discurso religioso ficou em segundo lugar nas duas primeiras aplicações e caiu para terceiro na mais recente aplicação. O discurso político manteve-se em último lugar na preferência de nossa amostra nas duas primeiras sondagens, e somente na terceira passou para segundo lugar, chegando, em números, muito próximo à preferência pelo discurso psicológico, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

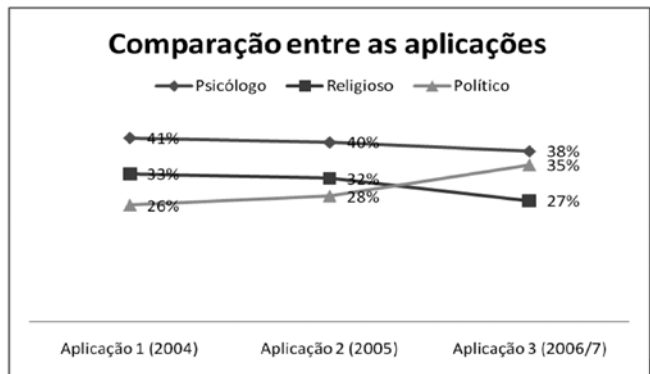
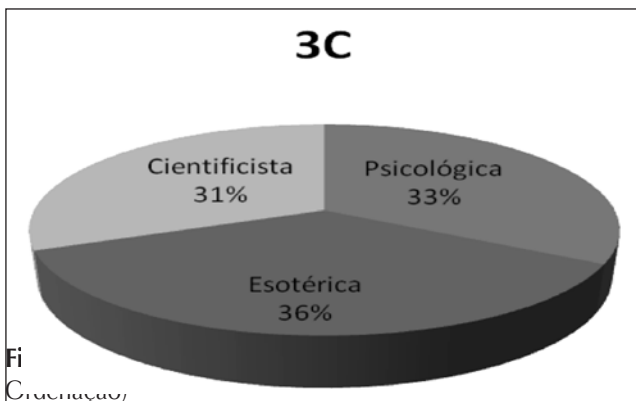
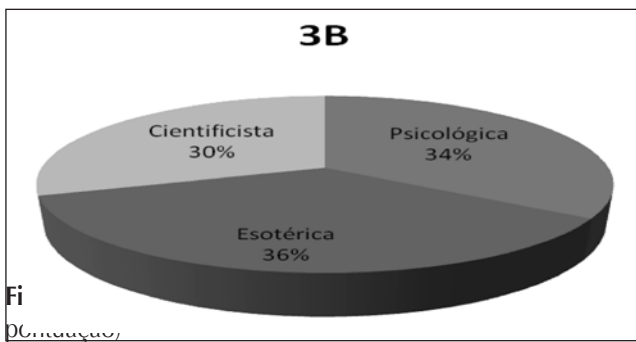
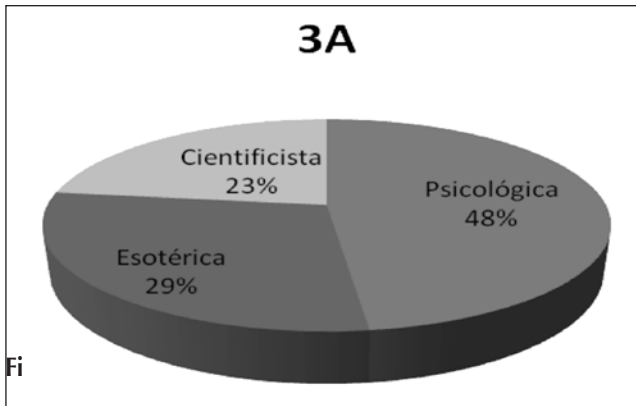


Figura 1. Comparação entre as Aplicações

Havia também nesta sondagem um espaço para os sujeitos justificarem as suas escolhas, o que não foi realizado pela maioria; os poucos que fizeram tomaram o conteúdo da frase como referência, repetindo em geral uma afirmação que já existia dentre as opções possíveis. Em momento nenhum fizeram referência à autoridade dos autores da frase. Em face das justificativas, como pensar essa preferência pelo psicólogo como proferidor?

Com relação à segunda sondagem, foram tabulados 129 questionários. Como resultado, foi mantida a predileção em relação às aplicações anteriores pelos enunciados psicológicos nos formatos de escolha exclusiva com 48% da preferência. Entretanto, quando a escolha envolvia pontuação ou ordenamento das escolhas, havia um maior equilíbrio nas respostas. Os gráficos e as tabelas abaixo ilustram os resultados da atual sondagem:



Deve ser registrado que nas demais sondagens anteriores e mesmo em uma posterior houve um total domínio de escolhas por enunciados psicológicos.

Conclusão

Os resultados desta aplicação demonstraram que os estudantes demonstram grande aderência ao discurso psicológico frente às questões postas de um modo tradicional de conduzir pesquisa: estes tendem

a concordar com enunciados proferidos por psicólogos, em detrimento daqueles proferidos por políticos ou líderes religiosos, e tem maior predileção por explicações psicológicas que esotéricas ou científicas. Poderíamos concluir de modo simplificado, dizendo que tais resultados apontam claramente para um alto grau de produção de subjetividade psicologizada entre alunos do segundo grau.

Mas isto seria concluir ao modo representacional, mesmo que isto venha a contradizer em termos de resultado toda a sua perspectiva de refletir a realidade dos pesquisados de uma forma purificada. É preciso retomar a própria concepção de um conhecimento produzido enquanto uma articulação múltipla entre entidades, como faz a Epistemologia Política e a Teoria Ator-Rede. Sendo o conhecimento articulação e afetação, a influência jamais é vista como um problema. E aqui teríamos a divisão entre boa e má articulação (docilidade ou recalcitrância). E esta última seria rara na psicologia e ciências humanas, dada a forte submissão à autoridade dos investigadores.

Como estes modos de articulação se manifestam no modo de pesquisa realizado? Despret (2004) estabelece que a possibilidade da recalcitrância nos testemunhos psicológicos, bastante rara, se torna mais difícil ao lado dos dispositivos que trabalham com participantes colocados na posição de "ingênuos". Aqui teríamos uma reversão com relação a maior parte dos manuais de história da psicologia: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não é apenas um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalcitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas e limitadoras com relação aos seus testemunhos. Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações (Despret, 2002, p. 97). É neste pacto que se fundariam muitas das pesquisas psicológicas. E assim se evitariam outras possibilidades de intercâmbio entre investigadores e investigados (Despret, 2002, p.100).

Contudo, estes dispositivos objetivantes não garantiriam uma posição de derradeira ingenuidade por parte dos sujeitos psicológicos; apenas uma posição ambivalente destes, entre a confiança, dada no crédito aos cientistas, e a desconfiança de que algo se esconderia, como pôde ser observado em entrevistas a participantes do clássico experimento de Stanley Milgram sobre obediência a autoridade (Despret, 2002, p. 99). O efeito disto seria uma espécie

de clivagem na consciência, típica das situações de confiança & desconfiança conjuntas: a obediência ao cientista, mas com uma certa suspeita na tentativa de se entender o que se passa. No caso da pesquisa aqui apresentada, alguns dos estudantes entrevistados posteriormente de modo claro compreenderam que se tratava de uma pesquisa de psicologia (associada a medicina, psiquiatria, jornalismo ou moda), visando compreender algo sobre a “mente ou comportamento das pessoas”. Em geral havia um posicionamento de que o questionário era interessante porque «deixava-os expressar suas opiniões». Em uma entrevista, um estudante afirmou que o próprio questionário funcionou como um teste vocacional, despertando-o para a “escolha para psicologia”.

Portanto, no caso dos resultados desta pesquisa, a captação de uma subjetividade psicologizada nos conduz a um dilema: a) Ou o método representa bem a realidade, mas esta seria a da inexistência de um sujeito ingênuo e indiferente (pelo contrário, bastante psicologizado); b) Ou o método falha mesmo tentando preservar a ingenuidade dos pesquisados, influenciando-os, extorquindo a sua verdade de forma mais insidiosa. De onde se pode concluir que estes instrumentos psicológicos, por mais redobrados que estejam em seus cuidados, jamais conseguirão captar a pureza de um sujeito despido de qualquer forma de influência, à moda de uma tábula rasa. Mesmo, e especialmente nos próprios meios das pesquisas mais canônicas (como os desta investigação) não há modo de se despir de alguma influência, tendo ela ocorrido previamente por dispositivos diversos espalhados pelas redes sócio-técnicas ou posteriormente pelos modos de articulação produzidos pela pesquisa.

À guisa de conclusão pode-se dizer que a finalidade deste trabalho, portanto, não é buscar uma psicologia livre de influência conforme os trabalhos de Rosenthal, nem de libertar a psicologia deste afã purificador em nome da verdade científica, o que seria também um processo de purificação. Mas justamen-

te poder captar algo deste processo no recurso paradoxal de seus métodos e estratégias mais purificadas. E abrir, assim, a possibilidade de outras formas de se produzir o saber psicológico, tornando este “o lugar de exploração e de criação disso que os humanos podem ser capazes quando se os trata com a confiança que se dispensa aos *experts*” (Despret, 2004, p. 102). Formas que talvez não sejam muito diversas do que foi feito; com a diferença de não terem qualquer pretensão purificadora. Costuradas na produção de um “pluriverso” de subjetivações.

Referências

- Comte, A. (1973). Curso de filosofia positiva. In: *Os Pensadores*. Abril, São Paulo, 1973 (texto de 1837).
- Despret, V. (2002) *Quand le loup dormira avec l'agneau*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- Despret, V. (2004). *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- Foucault, M. (1996) Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: H. Dreyfuss, H., & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault na trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gergen K. (1976) Social Psychology, History and Science. *Personality and Social Bulletin*, 2, 373-383.
- Kant, I. (1994). *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gulbekian (original publicado em 1781).
- Kant, I. (1989) *Princípios metafísicos de la ciência de la naturaleza*. Madri: Alianza, (original publicado em 1786).
- Latour, B. (1997). Des sujets recalcitrants. In: *Recherche*, Septembre 1997, p. 301.
- Latour, B. (1998). A 'Universalidade em pedaços'. *Folha de São Paulo, Mais!*, 13 de setembro, 3.
- Latour, B. (2004). How to talk about the body. *Body & Society*, 10 (2-3), 205-229.
- Law, J. (2004) *After Method*. New York: Routledge.
- Stengers, I. (1989). *Quem tem medo da ciência?* São Paulo: Siciliano.
- Vidal, F. (2006). A mais útil de todas as ciências. Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. Ferreira, & F. T. Portugal (orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau.